

PEDAGOGIA INCLUSIVA: PRÁTICAS DE PEDAGOGIZAÇÃO PARA CRIANÇAS SURDAS

Neide Maria Pereira da Silva ¹
Ana Cleuma Gomes da Silva ²
Anielly Sousa Araujo ³

RESUMO

O ato de ensinar crianças surdas não é uma tarefa simples, pois tem as suas dificuldades dentro das suas estruturas de ensino. No entanto, atualmente vem se desenvolvendo várias metodologias de ensino às pessoas com deficiência auditiva. Nesse contexto, a pedagogia inclusiva surge como um divisor de águas; ela exerce ou tem como finalidade o convívio, diálogo etc. Tudo isto em benefícios ao ensino e integração social dos alunos com deficiências, consequentemente, às crianças surdas. Por isso, este presente estudo ou trabalho acadêmico tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas para crianças surdas, após expor uma específica quantidade de tais práticas, e compreender essas metodologias e seus funcionamentos no processo escolar. Este trabalho é uma revisão de literatura que de maneira expositiva ou através de descrições, analisou as variáveis, metodologicamente, realizando qualificativos dos dados encontrados. Os dados utilizados foram encontrados em meios virtuais de acumulação de dados acadêmicos como teses, dissertações, monografias, artigos de periódicos etc. E esta pesquisa se iniciou em Janeiro de 2020 e a sua escrita até o primeiro semestre de 2021. Este trabalho se delimita a analisar os anos iniciais do ensino fundamental que compreende do 1º ao 5º ano. Com isso, apresentamos metodologias que são usados no ensino de crianças surdas no Brasil como, por exemplo, o Oralismo, a Comunicação Total, o Bilinguismo e a Pedagogia Surda. Assim, com o intuito de apresentarmos métodos que são considerados mais viáveis e eficazes no processo de ensino dessas pessoas especiais. Na função de percebermos as práticas pedagógicas do ensino dessas crianças e também a estrutura brasileira nesse processo, investigamos brevemente na história desse ensino, neste país, alguns processos que construíram algumas dificuldades atuais. Sumariamente, este trabalho percebeu-se como principais resultados, que existe uma gama enorme de metodologias para o ensino de crianças surdas. Outra conclusiva, é que no ensino brasileiro, apesar de novos métodos de ensino desse público no contemporâneo, as estruturas que foram estabelecidas, limitam algumas melhorias e percepções para o ensino dessa gente especial.

Palavras-chave: Pedagogia Inclusiva. Crianças Surdas. Educação.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia na Faculdade Três Marias- FTM, neidemmaria2020@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Historia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ana-cleuma-@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual - UEPB, anielly.amaro@hotmail.com;

Neste estudo, trabalhamos o tema referente à educação inclusiva, que é um mecanismo educacional o qual opera na finalidade de promover uma cidadania livre de preconceitos, plena, livre; e assim estabelecer um aprendizado que respeite as diferenças. A pedagogia inclusiva tem sua fundamentação legal primordial em 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que propõe igualdade e dignidade a todos os seres humanos, independentemente de suas limitações .

Desse modo, a educação que inclui diferenças, procura exatamente estabelecer meio à dignidade da pessoa humana, tendo em vista a sua inclusão nos direitos e meios sociais., estabelecendo uma relação contemporânea entre as necessidades básicas humanas, como o direito a uma vida digna, e a diversidade humana na sociedade, propondo direitos fundamentais como a educação de crianças em suas múltiplas dificuldades psicomotoras. Este meio é bem interligado com a educação especial.

Contudo, a nossa pesquisa se delimitou em pesquisar a respeito das práticas de aprendizagem para crianças surdas dos anos iniciais do ensino fundamental que compreende do 1º ao 5º ano. Por que tendo em vista que essa funcionalidade de educação que inclui, tem como proposição, a igualdade de chances para todos, assim com o objetivo de atender as necessidades individuais de cada criança.

Dessa maneira, abre-se a necessidade de especificação para a educação de crianças com surdez que em muitos casos, vêm com a dificuldade no desenvolvimento da língua portuguesa, com isso, buscando a LIBRAS, mas em muitos casos não deixando o aprendizado na escola normal, todavia, com uma adaptação no sistema educacional dessas crianças com tal deficiência citada acima. Esse aparelho de ensino tem suas bases legais e expressas na LDB, com isso, propondo seus meios legais, portanto, esmiuçando os detalhes que compreendem a educação dessas crianças com esta deficiência. Sendo assim, o nosso problema de pesquisa é: quais são as práticas de ensino para crianças com surdez?

O nosso objetivo geral compreende-se em analisar as práticas de pedagogia para crianças surdas. E os objetivos específicos são: Compreender os aspectos históricos brasileiro no que concerne a educação de surdos no Brasil; identificar a pedagogia inclusiva para crianças surdas e verificar as possibilidades e desafios pedagógicos práticas pedagógicas para a educação de surdos.

A pedagogia para lecionar crianças com surdez torna-se evidente, pois a necessidade de inclusão social desses infantis no meio social torna-se uma premissa da sociedade atual.

Com isso, perceber as metodologias mais usadas para este fim pedagógico de ensino especial, faz-nos evidenciar a necessidade de análise da efetividade das práticas de ensino

especial. Compreendendo que as práticas escolares procuram a inclusão psicossocial no âmbito escolar desses discentes, verifica-se analisar essas práticas de ensino um processo de revisão, no que se refere à promoção da socialização dessas crianças especiais.

Sendo assim, este estudo é evidentemente importante, pois aborda um tema bastante atual e necessário de reflexão, que é o processo de ensinar crianças surdas nos anos iniciais da educação regular brasileiro. Com isso, o nosso estudo acadêmico é de importância social, porque, investiga e versa sobre processos metodológicos que estão intrinsecamente postos, com a inclusão e igualdade social. É de grande importância ressaltar que, academicamente, este trabalho é importante, tendo em vista a necessidade atual de mais trabalhos que investiguem a área e também na melhoria processual dos pedagogos que lidam com essas especificidades do ensino.

Nesta pesquisa como metodologia utilizou-se a revisão de bibliografias; essa pesquisa também é expositiva, assim de maneira descritiva analisou-se e se demonstrou variáveis que envolvem a discussão. Assim, as análises dos dados obtidos foram realizadas de modo qualitativo, assim realizando os processos necessários para o desenvolvimento do estudo proposto.

Esses materiais de análises foram pesquisados e encontrados em sites de reposição de materiais científicos como periódicos acadêmicos; repositório de monografias, dissertações e teses; como também repositórios virtuais de artigos científicos. Essas literaturas são de áreas distintas do conhecimento humano, no entanto, focamos mais na área do objeto o qual o trabalho se dispõe a realizar as análises.

Em suma, o nosso trabalho está sistematizado da forma que expressamos a seguir. No primeiro tópico contextualizamos o leitor sobre a educação inclusiva no Brasil; abordamos assim os aspectos históricos da educação inclusiva brasileiro; e também os aspectos legais que legitimam ou dão bases legais a este ensino.

Logo após, expressamos a respeito da educação para surdos; com isso, ressaltamos a análise sobre a formação docente; prosseguindo, descritivamente realizamos análises do processo de ensino e aprendizagem para alunos surdos. Finalmente, expressamos a metodologia utilizada em nosso trabalho; as análises e discussões dos nossos dados; as considerações finais e prosseguindo, referenciamos as fontes utilizadas.

METODOLOGIA

Essa pesquisa que realizamos foi de natureza teórica, ou seja, para avançar nas teorias

envolvidas neste trabalho, assim fazemos nossas discussões de materiais já produzidos na área do tema, pois foram realizadas para apresentar as bases teóricas como também os meios de ensinar crianças através da pedagogia inclusiva e também para contribuir, com esta área com mais conhecimento científico sobre o assunto. Com isso desenvolvemos em nosso trabalho as percepções acerca do ensino inclusivo e/ou mais especificamente das metodologias usadas para ensinar crianças surdas no Brasil, e melhor compreendemos o assunto exposto acima, realizando algumas avaliações da temática.

O nosso propósito ou finalidade de pesquisa se deu de modo descritivo, ou seja, no trabalho descrevemos métodos de ensino de crianças surdas no contexto escolar brasileiro, nesse caso, as maneiras mais evidentes e discutidas nas realidades do ensino do país. Discutimos e relacionamos os fatores, ou melhor, as práticas desse tipo de ensino inclusivo para surdos, assim realizamos as discussões de bibliografias produzidas sobre a questão de pesquisa, assim expomos as abordagens desses trabalhos sobre o tema. Escolhemos essa pesquisa por motivos pessoais; por perceber a atualidade do assunto e também a necessidade de se realizar uma pesquisa de uma parte das produções existentes acerca desse assunto que debatemos nas nossas discussões.

A nossa abordagem foi qualitativa, sendo assim, fizemos um levantamento de dados ou literaturas sobre a educação inclusiva, e principalmente na delimitação do nosso tema, que foi às metodologias utilizadas para ensinar crianças surdas. Nessas bibliografias compreendemos melhor essas práticas escolares e as discussões em torno das compreensões a respeito de pedagogia inclusiva. No entanto, expomos que as dificuldades foram muitas para a realização, e algumas delas foi a real necessidade de se fazer uma pesquisa de campo, o seja, na sala de aula para perceber-se algumas questões apresentadas; e com isso, um aprofundamento maior das discussões imbuídas nas bibliografias, portanto, nossa pesquisa é bibliográfica. —A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 65).

Realizamos um levantamento dos materiais expostos em repositórios on-line e desenvolvemos as discussões referentes aos métodos usados para ensinar crianças com surdez, a história desse ensino no contexto do Brasil, e os seus aspectos legais. O estudo de caráter bibliográfico tornou-se importante para nosso trabalho, porque pela nossa pesquisa se tratar de uma investigação e/ou aprofundamento teórico desse tema acima proposto, esse meio nos propõe perceber o que já se tem publicado, com isso, desenvolvemos a pesquisa. Com isso, é necessário evidenciar que tivemos dificuldades para realização dessa pesquisa, como

exemplo, as dificuldades de encontrar materiais para nossa discussão e de desenvolver mais os conceitos e discussões que os autores explicitam em seus textos.

Os nossos instrumentos de coleta dos dados se deram pelas análises de materiais, científicos ou acadêmicos, que foram produzidos sobre a temática proposta para a discussão deste estudo. Dessa maneira as nossas fontes são bibliográficas a exemplo de repositórios acadêmicos, sites, artigos de periódicos etc. Os quais com os devidos cuidados foram realizados pesquisas direcionadas a responder o nosso objetivo de pesquisa. O período de realização deste estudo se iniciou em Janeiro de 2020, e a sua escrita ocorreu até o primeiro semestre de 2021.

Dessa forma, apesar das nossas limitações em adquirir mais materiais mais visibilizados ou credenciados na área por motivos diversos, o nosso trabalho contribui para evidenciar essas práticas pedagógicas e evidenciar melhorias de abordagens para o ensino ou pedagogia inclusiva de crianças surdas de forma mais significativas para elas.

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

1.1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

No ano de 1644 é lançado o primeiro livro sobre o tema da língua de sinais, esse escrito debate sobre questões que desenvolvem acerca de um sistema cheio de complexidades na compreensão deste meio de fala, tendo como autor J. Bulwer, *Chirologia*. Os surdos durante bastante tempo na história dos humanos foram excluídos e por vezes retirados de processos sociais como a própria educação (RAMOS, 2006).

Em décadas passadas, existiam famílias ouvintes que “escondiam” os surdos pela “vergonha” de ter concebido uma criança fora dos padrões considerados normais; e por isso os surdos quase não saíam de casa ou sempre ficavam acompanhados dos pais. A comunicação dos pais com os filhos surdos era muito complexa, pois esses não sabiam a Língua de Sinais e também não a aceitavam; achavam que era ‘feio’ fazer “gesto” ou “mímica” (não Língua de Sinais) como forma de comunicação com sua criança e, conseqüentemente, não aceitavam a língua de sinais como a primeira língua dos surdos. Os filhos Surdos, por sua vez, sentiam-se “isolados” e sem comunicação alguma. Deste modo, muitas vezes criavam “complexos” e/ou ficavam “nervosos”. Por muitos anos, os

próprios surdos não compreenderam a importância da comunicação através da Língua de Sinais para o processo de construção de sua Identidade Cultural, bem como para o desenvolvimento de sua cognição e linguagem. Consequentemente, o bloqueio no desenvolvimento da Língua de Sinais causou problemas sociais, emocionais e intelectuais na aquisição da linguagem dos surdos (MONTEIRO, 2008, p. 294).

Em 26 de Setembro de 1856, D. Pedro II através da assinatura da Lei 839 instituiu oficialmente, em um ato inspirado nos moldes parisienses, o INSM (Instituto Nacional de Surdos-Mudos) (RAMOS, 2006). Ao prosseguir no período republicano o Instituto foi sendo acoplado a órgãos ligados ao governo até o período de 1930, no entanto nesse período, este instituto servia mais como um asilo que guardava essa parcela da população, ou seja, mais excluindo do que incluindo (CABRAL, 2019).

Essas pessoas especiais, mesmo com as leis que foram criadas em seus benefícios posteriormente, eram invisibilizadas e inviabilizadas, em tantas outras vezes marginalizadas, assim sendo excluídas do processo social e educacional. Isto tudo ocorria no contexto da população brasileira, pois o preconceito com essas pessoas surdas estava difundido no meio social, principalmente na Língua de Sinais. A sociedade ignorava as comunidades surdas brasileiras que eram —isoladas‖ e —discriminadas‖ (MONTEIRO, 2008, p. 294).

Nesse período, aqueles surdos que não tinham acesso a LIBRAS, inventaram a sua própria linguagem de sinais. Somente em 2002 com a lei número 10.436 é que a Graduação em Letras Libras foi aprovada, assim estabelecendo uma associação desta segunda língua nacional com a academia, ou seja, com as ciências humanas, possibilitando novas pesquisas na área (BRASIL, 2002). Professoras que exerciam o ensino dessas pessoas com surdez, em anos anteriores a 2010 que é o ano de profissionalização do Intérprete de LIBRAS, adotaram diferentes práticas específicas, na tentativa de incluir essas pessoas nas atividades escolares diárias (ZANATA, 2004).

Dessa maneira, mesmo com todo esse processo histórico em benefícios através de leis aprovadas para a área, os profissionais da educação ainda encontram dificuldades para lidar com esses alunos especiais em sala de aula de modo inclusivo, ainda assim com o Intérprete e com avanços e pesquisas referentes a esse assunto hoje em dia (GONÇALVES; FESTA, 2013).

1.1.2 ASPECTOS LEGAIS

Como supracitado, a primeira lei que beneficia o ensino surdo no Brasil é a sancionada por D. Pedro II em 1856, entretanto, no período republicano, diversas outras leis são realizadas em relação ao ensino surdo brasileiro, contudo com seus déficits e ressalvas (CABRAL, 2019).

Desde o período Republicano várias leis e decretos foram expostos acerca do ensino de surdos no Brasil, embora existam suas ressalvas em questão de como se comportou ou executaram essas leis. Dessa forma, compreende-se que essas leis apesar de na intenção de melhorias no ensino surdo, por falta de metodologias ou práticas adequadas de ensino, eram mais consideradas como asilos de que de fato lugares de ensino surdo (CABRAL, 2019).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 ocorreu também a regulamentação do ensino para os deficientes auditivos, assim estabelecendo um regimento legal para este ensino especial. A inclusão dos alunos deficientes auditivos na rede regular de ensino, apesar de estar regulamentada na nossa Carta Magna desde 1988, está sendo uma novidade e um grande desafio para as escolas brasileiras (RAMOS, 2011, p.392).

Com a lei de 2002 sobre a lei de Libras e dá também outras providências há eventuais melhorias legais para a ascensão do ensino para os deficientes auditivos no Brasil, assim beneficiando essas pessoas à realidade social inclusiva, pois oficializa essa língua de sinais como uma língua oficial do Brasil (BRASIL, 2002).

Com a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de Libras em 2010, através da lei número 12. 319 têm-se um grande favorecimento e facilitação tanto dos docentes quanto do próprio ensino de Libras no Brasil, assim colocando esses profissionais como essenciais para o ensino desses alunos especiais aqui especificados (BRASIL, 2010).

Em 5 de março de 2004 com a lei 10.845, que versa sobre o programa que complementa o atendimento educacional e também especializado às pessoas com deficiências, garante a universalização do atendimento e ensino especializado para esses alunos especiais, com isso ampliando o atendimento a esses alunos especiais (BRASIL, 2004).

Ainda em 2004, só que em 14 de Abril com a lei 4. 309, que dispõe acerca do ingresso das pessoas com deficiência auditiva em universidades públicas dos estados, assim mobilizando nos estados a possibilidade de inclusão desses deficientes nas universidades públicas estaduais e assim ampliando a oportunidade universitária para os surdos no Brasil (BRASIL, 2004).

Assim o [...] ProLibras foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil para cumprir o Decreto nº 5.626, de 2005 em seus Artigos 7º e 8º (BRASIL, 2000, n. p.). Assim percebemos as buscas em execuções para o ensino de deficientes auditivos durante os anos que se seguem no século XXI.

Já em 2020, com o decreto de 30 de Setembro que versa acerca da instituição da política nacional de educação especial, assim mobilizando o governo federal e os estaduais no que concerne a educação de pessoas com deficiências, notoriamente os surdos. Assim demonstramos leis e decretos que versam acerca do ensino desses alunos (BRASIL, 2020).

1.2 EDUCAÇÃO PARA OS SURDOS

1.2.1 FORMAÇÃO DOCENTE

No que se refere à formação docente para o ensino de surdos, tem-se a regulamentação da graduação de Letras Libras já no século XXI, no entanto a realidade educacional é que esses alunos com deficiência auditiva convivem com alunos normais em escolas de todo o Brasil. Assim sendo, os docentes talvez não tenham uma formação específica, pode ser que somente tenham uma disciplina em suas graduações em licenciaturas referente ao tema.

Contudo esses docentes são de áreas diferentes como Matemática, História, Português etc. Assim sendo, muitas vezes para os alunos que estão em sala de aula se tem uma intérprete de Libras para auxiliar os professores nas salas de aulas. Com isso não se tem na formação desses docentes um foco muito grande para lidar com crianças desse tipo ou realizar a aula sem a dependência do intérprete de Libras.

Desse modo, a relação entre o docente titular em sala de aula com o intérprete de Libras, têm suas definições e perspectivas cruciais, pois para isso tanto o professor quanto o intérprete tem que conhecer e respeitar seus respectivos lugares dentro da sala. Assim, o intérprete de Libras expressa, e pontua o despreparo do professor acerca da atuação com alunos surdos, contudo, o professor reconhece o seu despreparo para lidar com essas especialidades, e repassa a tutela de ensino dessas crianças para o intérprete (OLIVEIRA; BENITE, 2015).

Nisso percebemos certa imposição de responsabilidade do professor para o Intérprete, mesmo que justificado pelo o seu despreparo na área. Com isso, percebe-se que muitos professores —vêm|| procurando a formação continuada na área da educação de surdos, todavia, não sabem como realizá-la ao certo (OLIVEIRA; BENITE, 2015).

No cenário atual da educação muito se tem falado sobre a formação de professores nos cursos superiores com defasagem para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a oferta de formação continuada sobre esta temática. Na realidade há uma

dúvida sobre a maneira como o ensino da disciplina de LIBRAS acontece, pois, os resultados são inúmeras queixas dos docentes graduados em não saberem lidar com alunos surdos em sala de aula regular. Nesse contexto, o Ensino da Língua de Sinais torna-se um desafio para a qualificação dos docentes que não estão habilitados à formação bilíngue e tem que deparar-se com os estudantes surdos integrados as salas regulares. Diante, dessa realidade, torna-se obrigatória à reorganização dos projetos dos cursos de formação de professores, bem como, do incentivo para a formação continuada (CARVALHO et al, 2018, p. 1).

Nesse sentido, podemos compreender o teor deficitário em cursos superiores para formar professores preparados para lidarem com essas dificuldades que surgem na prática educacional referente aos alunos surdos que são matriculados nas escolas. Para amenização desse quadro que se tem no ensino brasileiro, surge a formação continuada do professor que se capacita para abranger na qualidade do ensino e em especificidades que surgem como o exemplo da melhoria do ensino de crianças surdas (PRIETO, 2006).

Dessa forma, as discussões propostas evidenciam as dificuldades que existem na formação desses professores e que afetam o ensino desses alunos surdos, ou seja, uma dificuldade no ensino superior que acaba evidenciado no ensino básico, principalmente pela falta de formação continuada do docente.

1.2.3 PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O ALUNO SURDO

Referindo-se à alfabetização e letramento de crianças surdas, principalmente nos anos iniciais da educação, o ensino-aprendizagem para alunos com deficiência auditiva tem enfrentado várias dificuldades e em muitas vezes as metodologias usadas nesse processo tem se assemelhado com a alfabetização de crianças e adolescentes ouvintes ou por vezes a comunicação total é o meio utilizado. Além disso, o que se encontra no ensino dessas pessoas é que Libras não tem sido priorizada, nesse processo (GOMES, 2020).

Nesse sentido, com esses déficits de metodologias ou meios adequados para a educação surda, torna-se relevante evidenciar, que a implementação de Libras no âmbito escolar é um fator de urgência, principalmente nas salas de ensino regular. Com isso, estabelecendo meios que busquem a interação entre crianças ouvintes e crianças não ouvintes (surdas), assim oferecendo a socialização a essas crianças (MATOS; ROSA, 2018).

No contexto escolar, a educação de pessoas surdas, nem sempre ocorre de modo adequado, pela ausência de profissionais especialistas em Libras, gerando o isolamento desses alunos e o fracasso no processo educacional. O estudante surdo se encontra em desigualdade linguística em sala de aula, não compartilhando uma língua com os que estão na sala de aula e na escola como um todo, sem garantia de acesso aos conhecimentos (MATOS; ROSA, 2018,p.3).

Com a dificuldade da aquisição de conhecimento de mundo, muitos alunos surdos chegam ao contexto escolar com pouco conhecimento e algumas metodologias surgem como meios de uma maior possibilidade na construção do conhecimento desses alunos. Assim a pedagogia visual como meio de ajudar no processo de aprendizagem, torna-se um meio importante na construção ou aquisição de conhecimento para esses alunos (LACERDA et al,2011).

Nessa mesma direção, é relevante pensar em uma pedagogia que atenda as necessidades dos alunos surdos que se encontram imersos no mundo visual e apreendem, a partir dele, a maior parte das informações para a construção de seu conhecimento. Para os surdos os conceitos são organizados em língua de sinais, que por ser uma língua viso-gestual, pode ser comparada a um filme, já que o enunciador enuncia por meio de imagens, compondo cenas explorando a simultaneidade e a consecutividade de eventos (LACERDA et al, 2011, p.104).

Sendo assim, com brincadeiras no ato de educar; colocando o ensino de ciências exatas com apoio de libras; estabelecendo interação com os alunos surdos; utilizando recursos visuais; e literatura como também poesia sinalizada, torna-se o enfoque de pesquisas nessa área, apesar de ser um tema pouco explorado. Assim, os recursos visuais exercem o estímulo da aprendizagem de Libras por parte da criança com deficiência visual, principalmente com a pedagogia visual (SILVA; KUMADA, 2019).

Além disso, se tem utilizado o psicodrama pedagógico como um instrumento para desenvolver o ensino-aprendizagem de crianças com deficiência visual, dessa forma, a intenção desse meio é uma educação de maneira plena para essas crianças. Nessa prática, o envolvimento de todos os envolvidos na educação é muito grande, assim estabelecendo uma maior inclusão dessas crianças surdas na aprendizagem (BARBOSA; JUNIOR, 2020). Portanto, apesar de avanços e a busca de novos meios para a melhoria na educação surda, os estudos vêm

demonstrando dificuldades na área e também poucas pesquisas desenvolvidas em torno do assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os dados da nossa pesquisa, ou seja, o que se apresentou nas discussões de literatura do nosso estudo, realizamos aqui a análise desses apontamentos e a discussão do que apresentou os materiais pesquisados e discutidos acima.

Quando discutimos um pouco sobre a história dos surdos no contexto universal da humanidade, percebemos que primordialmente as informações demonstraram que os surdos na história da humanidade foram excluídos por muito tempo, tanto dos processos “normais” da sociedade como, por exemplo, as relações cotidianas, e principalmente do assunto em discussão que é a exclusão surda do ensino, ou seja, da educação formal da sociedade em meios séculos da humanidade.

No entanto, conforme os anos se passaram, principalmente após séculos recentes, ocorrer de pessoas buscarem se debruçar pelo assunto, da educação e/ou socialização dos surdos por meio do processo educacional, começa a acontecer a socialização da população surda no ensino, e isso faz parte da história mundial da humanidade e do ensino. Desse modo, existiu na educação dos surdos, um processo de “[...] momentos históricos da exclusão, integração e inclusão por que passava a educação de surdos no mundo” (STROBEL, 2006, p. 247).

O nosso estudo também demonstrou que no Brasil existe um histórico dos aspectos legais a respeito da educação surda no país, mas que só se evidencia favorecendo os surdos, no período republicano, expressamente na Nova República após 1985, e com a nova constituição federativa de 1988, e devidamente através de outras várias leis que favoreceram não somente a educação surda, mas também a capacitação dos professores e/ou acerca do caráter legal do profissional Interprete de Libras.

“A criação destes mecanismos legais não impulsiona somente a educação de surdos, mas também o exercício da profissão de educador por parte do indivíduo surdo” (MENDES, 2020, p. 170). Com isso é importante destacar que realmente existiu e favoreceu a inclusão surda no ensino [...] os aspectos legais da educação de surdos no Brasil (CASTRO e CALIXTO, 2016, p. 193).

Dessa forma, podemos inferir que em meio aos séculos na humanidade, para que o ensino surdo tivesse avanços foi preciso regularidades nos aspectos legais para impulsionar e/ou mesmo incluir com melhorias educacionais e também na formação e na inclusão e

capacitação de profissionais especializados para tal finalidade. Portanto, apesar de existir leis acerca para regulamentar, os pormenores que existem na educação surda talvez não sejam expressos pelas poucas pesquisas que existem neste assunto.

Existe uma escassez de publicações de literaturas ou na divulgação desses estudos sobre o assunto da educação surda no Brasil, no entanto ela era mais emergente na primeira década do século XXI, mas ainda essa premissa persistiria nas décadas seguintes (NEGRELLI e MARCON, 2006, p. 100).

Pudemos perceber também que os professores de disciplinas diferentes (que não tem a formação específica em Língua de Sinais), pois a sua formação é em uma área diferente, poderiam depender demais do interprete de Libras e assim a função de educador da educação especial sair dos parâmetros de responsabilidade do docente, e os resultados serem dificuldades na relação do interprete e o professor titular, com isso dando evidências da carência de uma formação continuada nesta área para a docência do ensino básico no ensino brasileiro. Ainda se percebe que as instituições se esforçam pouco para receber o aluno surdo, [...] assim como o Atendimento Educacional Especializado no contra turno, a falta de formação continuada dos docentes, entre outros (OLIVEIRA e MIRANDA, 2021, p. 213).

Com isso, a formação continuada do professor do ensino regular torna-se indispensável para lidar com essas especificidades do ensino especial para crianças surdas, pois a proposta da formação continuada não é somente de uma capacitação maior do docente, mas para corrigir alguns déficits do ensino superior na formação do professor. Para isto, o empenho de órgãos responsáveis que atentem para essas necessidades da educação ou do ensino inclusivo, é imprescindível para um melhor desenvolvimento do ensino surdo no país.

Identificou-se que o ensino surdo no país encontra dificuldades pelos tipos de metodologias adotadas para o ensino dessas crianças no Brasil, pois muitos professores não adotam a língua de Libras para realizarem as suas aulas. Seja por que não lhes interessa e o profissional sente que essa necessidade é para o interprete ou pela falta de capacitação para aprender a Línguas e tentar exercitar na aula e/ou escolas que adotem o modelo bilíngue, pois a falta dessa maneira pode afetar a socialização ou integração da criança surda na socialização com as crianças normais, tendo em vista que essa maneira de aula poderia suscitar nos alunos a vontade de aprender Libras e facilitar a conversação com as outras crianças.

Nesse sentido, percebem-se dificuldades acerca da abordagem escolar bilíngue que trabalha em um sentido maior e de melhor forma para socializar. —Sabe-se, no entanto, que o desenvolvimento de propostas de cunho bilíngue na esfera escolar tem sido um desafio

constante para profissionais da educação, intérpretes e gestores escolares (SILVA e SILVA, 2016, p. 35).

Identificou-se também a necessidade de se adotar a pedagogia visual para o ensino de crianças surdas, pois essa maneira pedagógica trabalha para melhorar a cognição cultural da do infantil com deficiência auditiva. Neste sentido, insistimos que é fundamental na escolarização de alunos Surdos, que o professor utilize recursos específicos de uma pedagogia visual (GOMES e LOBATO, 2016, p. 72).

Nesse sentido, a pedagogia visual ascende como campo profícuo para a aprendizagem dos surdos, pois pretende organizar estruturalmente a educação formal, com uma mediação semiótica visuoespacial —desde a elaboração do currículo aos seus desdobramentos pedagógicos em sala de aula. Esse procedimento pedagógico requer o planejamento de espaços em que memória e pensamento visuais sejam fundantes do processo de ensino e aprendizagem, implicando atividades que compreendam: processos físicos de percepção, instrumentos de representação e estratégias para interpretação (RIBEIRO e SILVA, 2017, p. 3).

Dessa maneira, evidenciamos os resultados que se apresentaram nos dados analisados, assim, possibilitando-nos compreender a necessidade de mais estudos nesse tema, pois isso poderá ocasionar em melhorias no ensino às crianças com deficiências auditivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho de pesquisa podemos observar que as práticas de ensino para crianças surdas são diversas, e que foram mudando na história da educação e crianças com surdez, o que tomou atualmente amplitudes maiores de inclusão. Apesar dos déficits em metodologias para o ensino surdo atualmente, a pedagogia visual torna-se de grande valia no ambiente escolar para ensinar crianças surdas no contexto escolar. No contexto brasileiro o ensino surdo encontra-se com dificuldades diversas, desde mais pesquisas para a realização de mais projetos ou execuções na área, até mesmo a própria formação continuada do professor da escola regular.

O nosso estudo evidenciou que as práticas pedagógicas para crianças surdas, que já se tem uma amplitude inclusiva atualmente precisam de certa maneira conceber melhorias e/ou pesquisas que delimite melhores caminhos para a atuação ou relação professor-metodologia e aluno-professor e também metodologia, e principalmente empenho da família nesse processo. No histórico do ensino surdo brasileiro percebemos que desde décadas passadas o ensino surdo vem sendo institucionalizado e legalizado, mesmo que em meio aos anos as metodologias para lidar com essas pessoas foram melhorando e de internado a ficarem de qualquer maneira, eles foram sendo mais incluídos no meio regular conforme as metodologias foram se modificando.

Sendo identificadas as pedagogias inclusivas para crianças surdas, se percebeu que se precisa de mais aprofundamento de estudos científicos na área. E se percebeu que um dos desafios da prática pedagógica para crianças surdas é do professor regular lidar em uma aula regular com ensino para crianças surdas, o que pode ser fruto da falta de melhor e mais formação continuada. O nosso estudo teve limitações diversas desde mais pesquisas e aprofundamento nas análises teóricas, assim detalhando e se debruçando em análises das práticas, nas teorias em execução, ou seja, na empiria, o que deveria se perceber num ambiente escolar com as especificações devidas.

Nesta nossa pesquisa, discutimos e analisamos previamente o tema proposto por nós, e é evidente que esse trabalho precisa de mais aprofundamento, sendo este estudo que fizemos uma espécie de apontamento para futuras pesquisas na área. Portanto, centralizar as principais práticas pedagógicas para o ensino surdo contemporâneo e executando eles em sala de aula e observando os desenrolares no ambiente escolar, e assim debater esses resultados com os trabalhos científicos já desenvolvidos seria um bom norteador para se perceber a funcionalidade desses métodos para o ensino surdo e suas praticidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por se esforçarem tanto pela minha educação e hoje eu conseguir este objetivo de uma formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. S.; JUNIOR, A. S. O psicodrama pedagógico como ferramenta para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de crianças surdas. Recife, **Amazonlivejournal**, n.3, p.1-22, 2020. Disponível em: <http://amazonlivejournal.com/wp-content/uploads/2020/09/O-PSICODRAMAPEDAG%C3%93GICO-COMO-FERRAMENTA-PARA-O-DESENVOLVIMENTO-DO-PROCESSO-DE-ENSINO-APRENDIZAGEM-DE-CRIAN%C3%87AS-SURDAS.pdf>. Acesso em: 28 de Abr. de 2021.

BRASIL. LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Senado, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/585316/publicacao/15747036>. Acesso em: 27. 20 Abr. 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Câmara**, Brasília, DF, 2000.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 27 de Abr. 2021.

BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002.

Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n_10_436_de_24_de_abril_de_200215226896225947_7091.pdf. Acesso em: 28 de Abr. de 2021.

CABRAL, D. Instituto dos Surdos-Mudos (1889-1930). **Arquivo Nacional Mapa**, Brasil, 2019. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/747-instituto-dos-surdos-mudos>. Acesso em: 28 de Abr. de 2021.

CARVALHO, L. S. F. B. et al. Os desafios na qualificação docente para o ensino da língua brasileira de sinais. **Realize**, Pernambuco, 2018. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA15_I_D1253_10092018234507.pdf. Acesso em: 28 de Abr. de 2021.

CASTRO, Fernanda G. A. Soares de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira. Aspectos históricos e legais sobre a educação de surdos no Brasil: do império a república velha.

Journal of Research in Special Educational Needs. 2016, v. 16, 192-196. Disponível:

<https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12281>.

Acesso em: 22/06/2021.

GOMES, Elennyris Cristina Gomes de; LOBATO, Huber Kline Guedes. Inclusão de surdos e aspectos sobre a língua portuguesa no ensino fundamental – 7º ano. **UFPA**, Belém – Pará, 2016, p. 63-77. Disponível em:

https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/519/1/Livro_DialogosInclusaoEscolar.pdf#page=63. Acesso em: 24/07/2021.

KALATAI, Patrícia; STREIECHEN, Eliziane M. **As principais metodologias utilizadas na**

educação dos surdos no Brasil. In: III SEPED - Semana de Estudos do Curso de Pedagogia de Irati, 2012. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iii3n1/120.pdf>.

Acesso em: 21 de Abril de 2021.

LACERDA, C. B. F. et al. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: GÓES, A. M. et al. (org). Língua Brasileira de Sinais: uma introdução. São Carlos, **UABUFSCar**, 2011, p.103-116. Disponível em:

<https://ceiq4.webnode.com/files/200001670-19cee1ac87/2.pdf#page=102>

Acesso em: 28 de Abr. de 2021.

MATOS, Z. M.; ROSA, A. C. B. S. Os desafios para a inclusão escolar de uma aluna surda numa escola pública do município de Itambé-PE. **Realize**, Campina Grande – PB, 2018.

Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA_7_ID1110_12082018143853.pdf. Acesso em: 28 de Abr. de 2021.

MENDES, Lucas. Só Ser Surdo Basta? A educação de surdos no Brasil através dos aspectos legais. UFJF. 2016, 168-173. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31934/21172>.

Acesso em: 26/07/2021.

NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont; MARCON, Sonia Silva. Família e crianças surdas. **Ciência, Cuidado e Saúde**, 2006, n. 1, p. 98-107. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5146/3332>.

Acesso em:25/07/2021.

OLIVEIRA, W. D. DE; BENITE, A. M. C. Estudos sobre a relação entre o intérprete de LIBRAS e o professor: implicações para o ensino de ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, n. 3, p. 597-626, dez. 2015.

OLIVEIRA, luanna Gabrielle Nascimento Mendes de; MIRANDA, Joaquina Ianca. Educação dos surdos no Pará: as teses e dissertações de dois programas de pós-graduação. **Revista Ibero – REASE**, mar. 2021, n. 3, 209-220. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/770/363>.

Acesso em: 23/07/2021.

PRIETO, R. G. Análise de Ações de Um Sistema Municipal de Ensino para a Formação de Professores de Educação Especial. **Revista InterMeio**, Campo Grande, n. 25, p. 84-95, jan./jun. 2007. Disponível em:

<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139613/ISSN2236-9708-2011-4896-4907.pdf?sequence>> =1. Acesso em: 28 de Abr. 2021.

RAMOS, C. R. **LIBRAS: A língua de Sinais dos surdos Brasileiros**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

RAMOS, D. L. O Direito Constitucional à Inclusão do Deficiente Auditivo na Rede Regular de Ensino: um estudo de sua eficácia no município de Campos Novos. **Revista da ESMESC**, Florianópolis, n. 24, 391-420, 2011. Disponível em:

<https://www.revista.esmesc.org.br/re/article/view/37> . Acesso em: 28 de Abr. de 2021.

RIBEIRO, Camila Brito; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural. **Psicologia Escolar e Desenvolvimento**, Brasília, 2017, p. 1-8. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/tD7RzhsB8c4V4LMYBLmy5py/abstract/?lang=pt> .

Acesso em 25/07/2021.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, jan/abr. 2016, n. 1, p. 33-43. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/fHBjNHSPPFZVQwbXJwS4Qqg/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 26/07/2021.

SILVA, T. V.; KUMADA, K. M. O. As estratégias utilizadas no processo de aquisição de Libras por crianças surdas. Amazonas - UFAM, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufam.edu.br/educacaoInclusiva/article/view/4220>. Acesso em: 28 de Abr. de 2021.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. A pesquisa bibliográfica: princípios e



fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, n. 43, p.64-83, 2021. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wLa6pCImRlgJ:https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2336/1441+&cd=2&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 04/09/2021.

STROBEL, Karin Lilian. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. ETD –

Educação temática Digital. 2006, p. 245-254. Disponível em <https://www.ssoar.info/ssoar/b>.

Acesso em: 28/07/2021.

VIRGÍNIA, A. C. G. **Alfabetização de crianças surdas: experiência em uma escola do distrito federal**. 2020. Monografia (curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26718/1/2020_VirginiaAndradeComenaleGomes_tcc.pdf.

Acesso em: 08/09/2021.